

End FGM European
Network

Artigo de Opinião

Dezembro de 2016

Como falar sobre a MGF

O presente relatório foi elaborado com o apoio financeiro do Programa “Direitos, Igualdade e Cidadania” da Comissão Europeia, do Fundo Global Wallace e da Fundação para os direitos humanos. O conteúdo desta publicação é da exclusiva responsabilidade da End FGM European Network e não pode, de forma alguma, ser considerado como um reflexo das opiniões dos nossos financiadores.

Este artigo de opinião não poderia ter sido elaborado sem o apoio de Leslie van Liempd, a nossa Assistente de Advocacia, na organização e elaboração do mesmo.

Agradecemos a Panagiota Toumazou, a nossa Assistente de Comunicação, e a Natalie Kontoulis, a nossa Oficial de Advocacia e Comunicação, pela preciosa ajuda de ambas na redação e finalização deste documento de posição.

Lista de abreviaturas

OSC	Organização da sociedade civil
EGF	Excisão genital feminina
MGF	Mutilação genital feminina
E/MGF	Excisão/mutilação genital feminina
ONG	Organização não-governamental
UNFPA	Fundo das Nações Unidas para a População
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
ONU Mulheres	Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres
OMS	Organização Mundial de Saúde

Índice

Introdução.....	4
I. Compreender a terminologia relativa à MGF	5
I.1 Definição e tipologia	5
I.2 A diversidade de termos referentes à MGF.....	6
I.3 A rede e uso do termo MGF	7
II. Empoderamento, discurso coerente e não estigmatização	10
II.1 Terminologia de consciencialização.....	10
II.2 Narrativas corretas sobre a MGF.....	11
II.3 Linguagem não estigmatizante.....	13
Resumo	15

Introdução

A mutilação genital feminina (MGF) é internacionalmente reconhecida como uma violação grosseira dos direitos humanos, uma forma de violência contra mulheres e raparigas e uma manifestação de desigualdade nas relações de género. Nomeadamente, viola o direito à integridade física e mental de uma pessoa, o direito a estar protegida de todas as formas de violência, o direito a gozar do melhor estado de saúde possível, o direito à não discriminação com base no sexo, o direito de não ser sujeita à tortura e, quando a MGF causa a morte, o direito à vida. Também constitui tortura ou maus-tratos¹ e é uma forma de perseguição.

No entanto, o tema da MGF suscita debates, controvérsia, emoções e reações. Como abrange várias áreas, desde os direitos humanos e os direitos das mulheres, passando pela violência baseada no género até à saúde, tradição e cultura, trata-se de um tema cuja abordagem é particularmente sensível, sobretudo para as pessoas e organizações empenhadas na eliminação desta prática, como as sobreviventes da MGF, os ativistas contra a MGF, as organizações não governamentais (ONG), as autoridades nacionais e os organismos internacionais.

A linguagem é um instrumento essencial e poderoso na erradicação desta prática danosa. O vocabulário pode parecer simbólico no contexto de uma violação dos direitos humanos. No entanto, a terminologia, a narrativa e o discurso são ferramentas cruciais para transmitir mensagens que contribuem para sensibilizar as pessoas e empoderar mulheres, raparigas e comunidades, de modo a que se manifestem contra a prática da MGF. Tudo isto são elementos essenciais para a erradicação desta prática. As palavras e as suas conotações são fortes e influenciam a forma como um assunto é percecionado e tratado. O uso de vocabulário inadequado ou pejorativo, em vez de uma terminologia consciencializadora e cuidada, pode originar mal-entendidos e equívocos e até pode ser prejudicial tanto para o movimento mundial contra a MGF como para as mulheres e raparigas que necessitam de receber proteção e cuidados.

Através deste artigo de opinião, a End FGM European Network define a sua abordagem linguística no movimento global para a erradicação da MGF. O documento destina-se a qualquer pessoa que procure informações sobre a MGF e o vocabulário usado neste domínio. É de particular interesse para os profissionais dos meios de comunicação social e outros profissionais que escrevam sobre o tema ou que estejam em contacto com sobreviventes da MGF e comunidades afetadas pela MGF. Para assegurar uma compreensão exata da prática, este documento apresenta primeiro a definição oficial de mutilação genital feminina e as suas denominações em diferentes contextos. Depois, centra-se nas narrativas e nos discursos que rodeiam a prática e, por fim, fornece recomendações para evitar a estigmatização e promover o empoderamento.

¹ Relatório do Relator Especial das Nações Unidas sobre tortura e outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, 2008 (Consultado a 11 de outubro de 2016)

I. Compreender a terminologia relativa à MGF

I.1 Definição e tipologia

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a mutilação genital feminina (MGF) compreende todos os procedimentos que envolvem a remoção total ou parcial dos órgãos genitais externos femininos ou outros danos aos mesmos por razões não médicas.² Em 1995, a OMS também estabeleceu a

tipologia da MGF³, que foi atualizada em 2007. Esta tipologia visa facilitar a compreensão anatômica da prática. No entanto, a maioria das mulheres poderá não estar ciente do tipo de MGF a que foi sujeita, sobretudo após os tipos 1, 2 ou 4.

A MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA É CLASSIFICADA EM 4 TIPOS PRINCIPAIS.

Tipo 1: É frequentemente referido como clitoridectomia, correspondendo à remoção parcial ou total do clítoris (pequena e sensível parte da genitália feminina com capacidade erétil) e, em raros casos, do prepúcio (a dobra de pele que rodeia o clítoris).

Tipo 2: Frequentemente referida como excisão, é a remoção parcial ou total do clítoris e dos lábios menores (dobras interiores da vulva), com ou sem excisão dos lábios maiores (dobra de pele exterior da vulva).

Tipo 3: Frequentemente referida como infibulação, corresponde ao estreitamento do orifício vaginal, que é coberto por uma camada seladora feita através do corte e reposicionamento dos lábios menores ou superiores, por vezes através da costura, com ou sem remoção do clítoris (clitoridectomia).

Tipo 4: Inclui todas as outras práticas danosas inferidas à genitália feminina, sem propósito médico, e.g., picadas, piercings, incisões, raspaduras e cauterização na região genital.

Fonte: OMS

A definição e a tipologia são oficialmente usadas a nível nacional e internacional, porque, por um lado, têm origem na OMS, um ator importante no domínio da saúde, e, por outro, refletem um **consenso**

internacional no seio do sistema das Nações Unidas.

A End FGM European Network adotou esta definição e tipologia nas suas ferramentas de representação e comunicação da causa contra a MGF.

² WHO, *Female genital mutilation, Fact Sheet*, February 2016 <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs241/en/> (Consultada a 28 de novembro de 2016)

³ Ibid.

Normalmente, os *órgãos genitais femininos externos* são compostos pela púbis, o capuz clitoriano, o clitóris ou a glândula clitoriana, a abertura da uretra ou o orifício urinário, os pequenos lábios, os grandes lábios, as glândulas de Bartholin e a abertura vaginal, separados do ânus pelo perineu. Esta área designa-se de vulva. A vagina é um órgão feminino *interno* e não está explicitamente incluída na tipologia da MGF da OMS. Contudo, as lesões ou os danos na vagina ou noutros órgãos sexuais, consoante as circunstâncias, também podem ser classificados como mutilação, tortura, violação, agressão sexual ou outras formas de violência grosseira.

A expressão “por razões não médicas” inclui procedimentos que são realizados por motivos sociais, psicossociais, culturais, tradicionais, religiosos e outros muito diversos e complexos que, não raras vezes, estão interligados e associados a uma desigualdade de género e papéis sociais. Significa que não há uma justificação, necessidade e/ou vantagem do foro médico para a realização de tais procedimentos e que os mesmos são lesivos, tanto do ponto de vista físico como psicológico. Estes motivos não médicos incluem MGF realizada para, entre outras razões, respeitar um requisito cultural e/ou tradicional, na convicção de que a religião a isso obriga; para controlar a sexualidade, o comportamento, o papel de género e social de uma mulher; como uma iniciação das raparigas na vida adulta, na condição de mulher e na comunidade; para tornar as mulheres mais “casadouras” ou na crença de que a MGF torna os genitais mais limpos ou mais “femininos” e esteticamente atrativos. Normalmente, os pais optam por perpetuar a prática na convicção de que a MGF permitirá que as suas filhas sejam mulheres respeitadas e membros de pleno direito da comunidade. A MGF pode ser realizada por praticantes tradicionais, técnicos de saúde ou qualquer outra pessoa, independentemente se tem ou não conhecimentos de medicina. Um procedimento de MGF medicalizado é, no mínimo, tão danoso quanto um procedimento tradicional, constituindo uma violação dos direitos humanos e da ética médica. A medicalização poderá legitimar de forma errada a prática como sendo segura do ponto de vista médico ou benéfica para a saúde das raparigas e mulheres. Não tem em conta o facto de que a MGF constitui uma grave violação dos direitos humanos das mulheres e raparigas, independentemente do método utilizado.

De facto, a medicalização pode até revelar-se mais danosa, uma vez que a natureza do procedimento aumenta a quantidade de órgãos genitais removidos.

As autoridades de licenciamento médico e as associações profissionais, incluindo a Federação Internacional de Ginecologia e Obstetrícia (FIGO), juntaram-se às organizações das Nações Unidas na condenação das ações que visam medicalizar a MGF. A [End FGM European Network](#) e os seus membros a nível nacional também subscrevem esta condenação.

Enquanto princípio dos direitos internacionais, a cultura e tradições dos países e comunidades devem ser respeitadas por todos. No entanto, práticas nocivas ao indivíduo ou a comunidades inteiras, mulheres e raparigas no caso da MGF, constitui uma violação dos direitos humanos. Como tal, tais práticas nunca poderão ser justificadas pela cultura ou tradição.

1.2 A diversidade de termos referentes à MGF

A nível político e de ativismo usam-se vários termos genéricos para fazer referência à MGF. Estas denominações seguem a definição geral de MGF estabelecida pela OMS, sem frisar as diferenças anatómicas entre os vários tipos de MGF aos quais as mulheres e raparigas podem estar sujeitas. São utilizadas por diferentes atores envolvidos na eliminação desta prática a nível mundial, por exemplo, a Assembleia Geral das Nações Unidas⁴, as agências das Nações Unidas (ONU Mulheres ou UNFPA), as organizações da sociedade civil (OSC) e as organizações não-governamentais (ONG), as autoridades nacionais ou os ativistas, incluindo sobreviventes da MGF e comunidades afetadas. São igualmente utilizadas por profissionais de saúde, investigadores, académicos, jornalistas, repórteres e outros profissionais em contacto com as comunidades afetadas. Em geral, o seu uso depende do público-alvo (ativistas, sobreviventes, decisores políticos, técnicos de asilo, comunidades, etc.) ou do grau de conhecimento e compreensão sobre o tema.

4 Resolução 69/150, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas a 18 de dezembro de 2014, sobre a intensificação dos esforços para a eliminação da mutilação genital feminina http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/69/150 (Consultada a 28 de novembro de 2016)

O termo *mutilação genital feminina (MGF)* é utilizado desde o final dos anos 70, tendo sido integrado em textos internacionais no início dos anos 90. Foi inicialmente adotado por oposição a *circuncisão feminina* – um termo outrora comumente usado e considerado demasiado próximo de *circuncisão masculina*.⁵ No âmbito da Rede, usamos o termo MGF como uma forma de descrever uma violação dos direitos humanos por si só, ou seja, sem a compararmos com a circuncisão masculina e sem negligenciarmos esta última por omissão.

No final dos anos 90, algumas organizações adotaram o termo *excisão genital feminina (EGF)*, com o propósito declarado de usar uma terminologia mais sensível do ponto de vista cultural para descrever esta prática. Na realidade, consideravam que a palavra *mutilação* era demasiado crítica para com as comunidades afetadas e significava um propósito malévolo das famílias, o que poderia prejudicar o movimento contra a MGF.⁶ Algumas organizações, como o UNFPA e a UNICEF, também usam a combinação *excisão/mutilação genital feminina (E/MGF)*, que visa reconhecer uma utilização contextual dos termos nas políticas e no trabalho com as comunidades.

A prática da MGF também é descrita por expressões vernaculares, específicas de um país, uma região ou uma comunidade. Nos países francófonos, é usado o termo *mutilação sexual feminina*⁷ para salientar o controlo sexual decorrente da MGF e o seu impacto na sexualidade de uma mulher e de um casal. Além do impacto simbólico da palavra “sexual” no imaginário coletivo, os dois termos “sexual” e “genital” são sinónimos neste contexto. Ainda nos países francófonos, também é usado o termo excisão (que se refere ao tipo 2 de MGF na terminologia da OMS) como um termo genérico que engloba todas as formas de MGF. Em vários

L'origine del mondo

© Stefano Scagliarini – 21 de junho de 2015

países, os termos *circuncisão* ou *circuncisão feminina*, *corte* ou *excisão* também são bastante comuns e usados como termos genéricos. Suscitam menos controvérsia do que o termo MGF. A MGF também é caracterizada por muitos termos específicos de uma língua, comunidade ou país, incluindo *iniciação*, *bondo*, *sunna* ou *khutna*.

1.3 A rede e o uso do termo MGF

Como somos uma rede europeia, decidimos adotar o termo *mutilação genital feminina* nas nossas ações de ativismo e comunicação, porque este é usado nas políticas^{9/10} e na legislação europeias¹¹. Além disso, é uma forma de transmitirmos o consenso internacional que existe contra esta prática e sermos parte do movimento mundial que visa o seu fim. A Rede cria

5 UNFPA, *Female genital mutilation (FGM) Frequently Asked Questions*, December 2015 http://www.unfpa.org/resources/female-genital-mutilation-fgm-frequently-asked-questions#UNFPA_terminology (Consultado a 28 de novembro de 2016)

6 Ibid.

7 Mutilations sexuelles féminines

8 United Kingdom Home Office, *Multi-agency statutory guidance on female genital mutilation*, April 2016, p. 71, https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/512906/Multi_Agency_Statutory_Guidance_on_FGM_-_FINAL.pdf (Consultado a 2 de dezembro de 2016)

9 Comunicação da Comissão Europeia sobre a eliminação da mutilação genital feminina, 25 de novembro de 2013, <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52010DC0491&from=PT>

10 Resolução do Parlamento Europeu, de 6 de fevereiro de 2014, Comunicação da Comissão Europeia sobre a eliminação da mutilação genital feminina <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?type=TA&language=EN&reference=P7-TA-2014-0105>

11 Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica, 12 de abril de 2011 <https://rm.coe.int/CoERMPublicCommonSearchServices/DisplayDCTMContent?documentId=090000168046031c>

um ambiente favorável a uma ação coordenada entre sobreviventes, comunidades, organizações filiadas e decisores políticos, a nível nacional e europeu. Tem como objetivo o empoderamento de mulheres e raparigas, bem como o reconhecimento e a cumprimento dos direitos humanos e da igualdade de género na União Europeia e no mundo. A terminologia utilizada pela Rede também reflete esta coordenação com as suas organizações filiadas que trabalham com sobreviventes.

A palavra “genital” procura sublinhar tanto a localização anatómica do procedimento como as consequências físicas, psicológicas, obstétricas e sexuais¹² relativas aos danos provocados na zona genital. A palavra mais controversa da expressão é o termo “mutilação”. A “mutilação” refere-se ao ato, autoinfligido ou imposto, de sofrer uma ferida ou lesão violenta ou deformadora que cause danos permanentes. No âmbito da MGF, não significa necessariamente uma intenção malévola, referindo-se antes aos danos físicos e psicológicos sofridos por uma mulher ou rapariga, assim como às suas consequências a curto e longo prazo nas pessoas e comunidades.

Como estão fora das comunidades afetadas, alguns decisores políticos, jornalistas, profissionais de saúde ou outros profissionais poderão sentir-se pouco à vontade com a utilização da palavra “mutilação”, por exemplo, quando escrevem um relatório ou artigo. Poderão rezear que o termo seja visto como crítico, estigmatizante ou até racista. Algumas pessoas e comunidades afetadas também poderão não gostar da expressão e considerá-la estigmatizante ou pejorativa. O termo comporta uma imagem forte no imaginário coletivo devido à sua conotação negativa. Deverá ser entendido como uma maneira de realçar e afirmar que a prática é uma forma de abuso de crianças e violência contra mulheres e

raparigas, uma violação dos direitos humanos e uma manifestação de desigualdade de género. Neste sentido, o termo MGF é simultaneamente um instrumento de sensibilização e consciencialização, bem como uma ferramenta de autorrepresentação para as sobreviventes e comunidades afetadas reconhecerem a dimensão da violência que sofreram, de modo a trabalharem com vista à eliminação desta prática. Os termos *excisão* ou *circuncisão* não expressam de forma tão forte os danos sofridos pelas pessoas e comunidades. Como tal, muitos sobreviventes e membros das comunidades afetadas¹³, incluindo homens¹⁴, adotam esta terminologia.

A Rede acredita que é necessária uma utilização contextual da linguagem no combate à MGF. O movimento contra a MGF não é um processo unilateral. A mudança vem das comunidades afetadas, mas é necessário o envolvimento de toda a sociedade, desde os governos e funcionários públicos, passando pelos meios de comunicação social, até às comunidades, sobreviventes, organizações e público em geral. Consequentemente, a terminologia também depende da forma como os diferentes atores interagem entre si. Deve, simultaneamente, expressar a condenação da prática e ser inclusiva para as sobreviventes e as comunidades afetadas, dado que estes são atores fundamentais para promover a mudança.

Como tal, as organizações da sociedade civil e os grupos de apoio que trabalham diretamente com e dentro de comunidades afetadas para eliminar esta prática talvez não usem o termo oficial “MGF”. Muito provavelmente, estas organizações adotarão o termo usado no seio da comunidade para evitar a alienação dos membros que se opõe ao fim de uma prática tradicional e podem considerar o termo MGF crítico e insensível da perspectiva cultural. Da mesma forma, um jornalista, investigador, ginecologista, técnico de asilo, assistente social ou outro profissional em contacto direto com uma sobrevivente ou as comunidades afetadas deve perguntar qual é o termo que a pessoa ou a comunidade prefere, de forma a evitar a alienação e demonstrar sensibilidade pelas pessoas que são sobreviventes da MGF.

12 Para obter mais informações sobre as consequências danosas da MGF para as mulheres e raparigas, consulte as fontes relevantes, como a OMS http://www.who.int/reproductivehealth/topics/fgm/health_consequences_fgm/en/ ou os artigos científicos (p. ex. REISEL, D. & CREIGHTON, S.M., *Maturitas* 80 (2015) 48-51 *Long term health consequences of female genital mutilation*, [http://www.maturitas.org/article/S0378-5122\(14\)00326-0/pdf](http://www.maturitas.org/article/S0378-5122(14)00326-0/pdf).) (Consultado a 8 de dezembro de 2016)

13 Projeto Change Plus para promover a mudança de comportamentos com vista à erradicação da mutilação genital nas comunidades praticantes na UE. <http://www.change-agent.eu/> (Consultado a 8 de dezembro de 2016)

14 Men Speak Out against female genital mutilation <http://menspeakout.eu/> (Consultado a 8 de dezembro de 2016)

No entanto, dado que a MGF é reconhecidamente uma violação dos direitos humanos, há contextos em que é necessário enfatizar o termo oficial de forma a refletir devidamente esta violência contra mulheres e raparigas, sensibilizar as pessoas e reconhecer o impacto da prática nas mulheres, raparigas e comunidades. Isto aplica-se sobretudo, entre outros, a:

- 33 Artigos ou reportagens nos jornais e outros meios de comunicação social¹⁵
- 33 Relatórios de informação sobre o país de origem no âmbito de processos de asilo
- 33 Legislação e decisões judiciais nacionais e internacionais
- 33 Declarações e relatórios políticos, governamentais e oficiais
- 33 Relatórios policiais, médicos, psicológicos e outros relatórios jurídicos
- 33 Diretrizes oficiais para profissionais dos setores do asilo, saúde, assistência social, educação aplicação da lei, judicial ou outros profissionais
- 33 Estudos de investigação e académicos
- 33 Campanhas e programas de sensibilização a nível nacional e internacional
- 33 Declarações e relatórios de ONG

Niet met mej

© Jonas Lampens – Fevereiro de 2014 - Bélgica

¹⁵ Para recomendações destinadas especificamente aos meios de comunicação social, consulte o Módulo 13 – Media of the Web-knowledge Platform for Professionals united to end FGM, lançada em fevereiro de 2017 – e o ponto II. 3 do presente documento.

II. Empoderamento, discurso coerente e não estigmatização

II.1 Terminologia de consciencialização

A End FGM European Network refere-se às mulheres e raparigas que foram sujeitas à MGF como *sobreviventes*. Por sobrevivente entende-se uma pessoa que foi sujeita a uma ou mais formas de violência e que ficou com consequências mentais e físicas

para toda a vida. Usamos este termo para realçar a resiliência da mulher ou rapariga e, ao mesmo tempo, como um elemento de empoderamento, mas sem preconceito de que a mulher ou rapariga prefira usar o termo *vítima*.

Teachers / © Jonathan Zenti – Dezembro 2016

Muitas mulheres e raparigas que sofreram MGF também adotaram este termo¹⁶ a fim de evitar uma forma de vitimização secundária através da noção de “vítima”. Embora a definição neutra desta última seja *uma pessoa lesada, ferida ou morta como resultado de um crime, acidente ou outras circunstâncias*¹⁷, também poderá sugerir simbolicamente um contínuo sentimento de impotência e passividade, que muitas mulheres rejeitam por entenderem que as fragiliza. O termo *sobrevivente* reconhece a violência que uma mulher sofreu, mas também salienta vivamente o seu papel ativo para ultrapassar tal violência e, até mesmo, combater e denunciar a MGF. Assim, trata-se de uma palavra positiva e dignificante, que pode ser usada além do âmbito do ativismo.

Por outro lado, as mulheres poderão igualmente optar pela utilização do termo *vítima* como uma forma de enfatizar e demonstrar que reconhecem e não esquecem a violência que sofreram. Por conseguinte, no âmbito de relatos e testemunhos presentes nos meios de comunicação social ou usados nos instrumentos de ativismo e comunicação, deve perguntar-se à mulher ou rapariga entrevistada qual é o termo que prefere.

Além disso, o termo *sobrevivente* não tem um significado jurídico, o que dificulta a sua entrada no contexto jurídico, ou seja, na legislação, nas decisões judiciais ou nos relatórios de polícia. Este princípio aplica-se igualmente aos relatórios de informação sobre o país de origem

16 FRESKO-ROLFO Béatrice, *Female genital mutilation in Europe*, Report, Council of Europe Parliamentary Assembly 19 September 2016, p. 7 § 16 <http://semantic-pace.net/tools/pdf.aspx?doc=aHR0cDovL2Fzc2VtYmx5LmNvZS5pbmQvbnNveG1sL1hSZWYvWjJlURxLWV4dHluYXNwP2ZpbGVpZD0yMzAwOCZsYW5nPUVO&xsl=aHR0cDovL3NlbWVudGlicGFJZS5uZXQvWHNsdc9QZGYvWFJZi1XRc1BVC1YTUwYUERGlnhzbA==&xsltparams=ZmlsZWlkPTIzMDA4>

17 *Ms. Directive 2002/99/EC* <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/regulations/summary/?uri=CELEX:32002L0099&from=doctrines>

em que o termo “vítima” deve ser usado para reconhecer que o facto de uma pessoa ter sofrido ou estar em risco de sofrer MGF, são formas de perseguição e constituem um motivo para conceder asilo. Por conseguinte, incentivamos a utilização generalizada do termo *sobrevivente* em vez de *vítima* nos contextos relevantes, designadamente:

- 33 Artigos ou reportagens nos jornais e em outros meios de comunicação social
- 33 Políticas, declarações e relatórios políticos, governamentais e oficiais
- 33 Diretrizes oficiais para profissionais dos setores do asilo, saúde, assistência social, educação ou outros profissionais
- 33 Estudos de investigação e académicos
- 33 Campanhas e programas de sensibilização a nível nacional e internacional
- 33 Declarações e relatórios de ONG

A Rede usa ainda os termos *comunidades afetadas pela MGF* e *comunidades praticantes da MGF*. Ambos são aceitáveis e refletem uma realidade sem serem estigmatizantes. As *comunidades praticantes da MGF* é um termo neutro usado para caracterizar as comunidades nas quais a MGF é praticada e/ou é uma norma cultural. A expressão *comunidades afetadas pela MGF* procura reconhecer que a MGF é danosa tanto para as pessoas como para as comunidades. Na realidade, as mulheres e raparigas são sujeitas à prática, mas as suas famílias (incluindo filhos, irmãos, pais e outros familiares de ambos os sexos) poderão ser afetadas psicologicamente e emocionalmente pelo sofrimento das mulheres e raparigas e até mesmo fisicamente, por exemplo, quando a MGF altera a vida sexual de um casal e complica o parto. Além disso, dado que a MGF deixa marcas a nível físico, psicológico e emocional nas mulheres e raparigas, esta expressão também reconhece que algumas comunidades poderão ser afetadas pela MGF, embora já tenham abandonado esta prática, isto é, já não *praticam* a MGF. Consequentemente, o termo *comunidades afetadas pela MGF* transmite uma imagem mais abrangente e matizada sobre a MGF, bem como o reconhecimento do impacto da mesma nas comunidades.

A terminologia é essencial para uma narrativa poderosa, inclusiva e de empoderamento, que deve ser generalizada nas atividades de consciencialização, nos meios de comunicação social, nas políticas, nos discursos políticos e noutros discursos e relatórios relevantes, de forma a aumentar a sensibilização e a alimentar o movimento para eliminar a MGF. Para melhor ilustrar a importância da linguagem na erradicação desta prática por meio do trabalho de consciencialização, informação, sensibilização e empoderamento das mulheres e comunidades, a Rede também pretende apresentar alguns exemplos de vocabulário e narrativas potencialmente prejudiciais. As próximas secções visam aprofundar a compreensão da complexidade que rodeia a MGF e fomentar a utilização da terminologia correta nos relatórios e discursos.

II.2 Narrativas corretas sobre a MGF

No início do movimento contra a MGF, um dos argumentos usados contra a prática era: não é “segura”. De facto, a MGF não é segura. Tem efeitos adversos a nível físico e psicológico na saúde e bem-estar das mulheres e raparigas, mas que são apenas parcialmente causados pela potencial falta de conhecimentos médicos do praticante, a possível falta de condições de higiene e a utilização de instrumentos não esterilizados. No seio dos movimentos e das comunidades que defendem a MGF, esta argumentação despoletou uma contranarrativa e prática que se centra nas *condições sanitárias* nas quais a MGF é praticada: no seu discurso, a medicalização da MGF torna a prática “segura”. Isto está errado. A MGF realizada

numa sala de operações pode ser, no mínimo, tão nociva quanto aquela que é praticada no âmbito de um ritual tradicional. Pode causar a morte¹⁸, não evita as dores ou outras consequências a curto e longo prazo, e até pode provocar mais danos físicos internos nos órgãos genitais^{19/20}. Além disso, causa traumas psicológicos às sobreviventes. Por fim, a realização desta prática por profissionais de saúde é ilegal, uma vez que viola, antes de mais, o princípio médico de “*Primum non nocere*”, ou seja, não causar efeitos negativos.

Todos devemos ter a noção e ser lembrados de que para uma mulher ou rapariga, ser segurada à força é, por si só, traumatizante— sem referir o ato que se segue.

Leyla Hussein

Ativista dos direitos humanos e psicoterapeuta
Cofundadora das Filhas de Eva, consultora para a Geração das raparigas.

No domínio médico e noutros, escutam-se argumentos que defendem um compromisso ou alternativa à MGF, muitas vezes, propondo que as denominadas formas “simbólicas” de MGF – frequentemente correspondem à MGF do Tipo 4 da tipologia da OMS – sejam permitidas para evitar as denominadas “piores” formas de MGF. Este argumento, que a End FGM European Network rejeita vivamente, sugere que os procedimentos de MGF do Tipo 4 não têm efeitos irreversíveis nas mulheres e raparigas. Esta controvérsia também está patente em legislação e relatórios²¹, em que os procedimentos de MGF do Tipo 4 não são necessariamente considerados uma “*mutilação*” na aceção médica ou jurídica do termo. É também devido a esta aparente distorção que recomendamos vivamente que os relatórios, estudos, artigos²², leis ou decisões judiciais²³ evitem uma categorização da MGF que implique uma hierarquia nos tipos de MGF de acordo com o alegado impacto nas mulheres e raparigas. Na realidade, palavras como forma “menor”, “leve” ou “mais leve”, “moderada” ou “simbólica” de MGF são contrassensos que correm o risco de menosprezar as necessidades psicológica das mulheres e raparigas afetadas. Além disso,

The Meringue Project, Endless Beauty
© Jean-Michel Vogé & Anna Alexis Michel – França

18 AFP, *Egyptian girl dies during banned female genital mutilation operation*, The Guardian, 31 May 2016 <https://www.theguardian.com/world/2016/may/31/egyptian-girl-dies-during-banned-female-genital-mutilation-operation>

19 UNHCR, *Too Much Pain. The Voices of Refugee Women. Part 2.*, 2014 <https://www.youtube.com/watch?v=MHTx0-kCsdY> (Consultado a 8 de dezembro de 2016)

20 FOLDES, P. & MARTZ, F., *The medicalisation of female genital mutilation*, Forced Migration Review mini-feature, May 2015

21 JOHNSDOTTER, S. & MESTRE I MESTRE R.M., *Female genital mutilation in Europe: An analysis of court cases*, European Commission, DG Justice, 2015 http://ec.europa.eu/justice/gender-equality/files/documents/160205_fgm_europe_enege_report_en.pdf

22 The Economist, *Female genital mutilation. An agonising choice*. 18 June 2016 <http://www.economist.com/news/leaders/21700658-after-30-years-attempts-eradicate-barbaric-practice-it-continues-time-try-new?frsc=dg%7Ca>

23 Conseil du Contentieux des Etrangers, *Arrêt n°163 942 du 11 mars 2016 dans l'affaire 153 270/V.*

não têm em conta o efeito traumatizante do momento – mesmo que não seja removida qualquer carne ou não haja qualquer alteração física aparente – e o sofrimento íntimo da mulher ou rapariga cujos genitais são sujeitos a um procedimento, nem o facto de a prática ser uma forma de violência e discriminação com base no género.

II.3 Linguagem não estigmatizante

Para concluir este documento de Opinião, a Rede promoverá a utilização de linguagem não estigmatizante e de empoderamento, sobretudo por parte dos profissionais da comunicação social, mas também pelo público em geral e outros profissionais, incluindo profissionais de saúde e decisores políticos. Estas recomendações encontram-se integralmente disponíveis no Módulo para os Meios de Comunicação Social elaborado pela Rede para a Web-Knowledge Platform for Professionals [United to End FGM](#), que foi lançada em fevereiro de 2017.

Os meios de comunicação social são cruciais para sensibilizar as pessoas para os efeitos da MGF e para moldar a perspetiva do público sobre as comunidades afetadas pela MGF. A cobertura mediática da MGF e dos assuntos conexos pode influenciar a opinião pública, o que pode desempenhar um papel crítico na prevenção por meio da disponibilização de informação correta e ponderada. A cobertura mediática também pode exercer uma função educativa. Os legisladores, decisores políticos e outras partes interessadas também estão incumbidos da mesma responsabilidade.

Um artigo ou um relatório que transmita uma imagem positiva de uma sobrevivente e, ao mesmo tempo, reconheça a magnitude do seu sofrimento, gera empatia junto do público, promove a sensibilização e ajuda a fortalecer as sobreviventes e comunidades para que se manifestem contra a MGF. As histórias são instrumentos poderosos e cruciais na humanização das sobreviventes e os dados (p. ex. dos estudos da OMS²⁴ ou UNICEF²⁵), a situação jurídica e o aconselhamento especializado enquadram a violação dos direitos humanos e sublinham a necessidade de ações complementares.

This little light of mine
©Gynelle Leon – Outubro 2015 – Reino Unido

Por outro lado, a repugnância e indignação transmitidas, por vezes, por termos pejorativos, impulsivos ou incorretos (como prática/tradição bárbara²⁶, repugnante, atroz, doentia²⁷, selvagem, massacrante, repugnante, perversa, horrenda, horrível ou muçulmana/islâmica) podem afastar as comunidades afetadas e prejudicar os esforços que visam apoiar e consciencializar os membros das comunidades para se manifestarem contra a MGF. Estes termos, usados pelos meios de comunicação social, pelo público ou por profissionais e, por vezes, bem-intencionados, alimentam a discriminação face às comunidades.

Embora possa ser difícil sentir empatia por pais ou familiares que querem que as suas filhas sejam submetidas à MGF, existem complexas motivações e razões subjacentes à perpetuação da prática nas comunidades afetadas e nos países praticantes. Um relato fiel da dimensão do problema a nível mundial²⁸, uma apresentação da abordagem multifacetada para a resolução do problema e

24 WHO (website), *Female genital mutilation. Fact sheet*. February 2016, <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs241/en/> 25 UNICEF (website), *Female genital mutilation/cutting*, February 2016 https://www.unicef.org/protection/57929_58002.html 26 The Economist, *Female genital mutilation. An agonising choice*. 18 June 2016 <http://www.economist.com/news/leaders/21700658-after-30-years-attempts-eradicate-barbaric-practice-it-continues-time-try-new?frsc=dg%7Ca>

27 QUINN, T., *Gardai hunting female 'witch doctor' they believe carried out female genital mutilation on two-year-old girl*, Irish Mirror, 25 September 2016 <http://www.irishmirror.ie/news/irish-news/crime/gardai-hunting-female-witch-doctor-8913332>

28 De acordo com o [estudo mais recente da UNICEF de fevereiro de 2016](#), existem, em todo o mundo, pelo menos 200 milhões de mulheres e raparigas que vivem com as consequências irreparáveis da MGF. A taxa de prevalência varia substancialmente entre países, sendo que a prática tem mais prevalência em alguns países da África, do Médio Oriente e da Ásia, mas há sobreviventes e

o entendimento desta prática ajudam a ajustar as campanhas de sensibilização, ao mesmo tempo que promovem mudanças em termos de atitudes e comportamentos.

Neste contexto, uma linguagem negativa, discriminatória ou incorreta também sugere uma noção de alteridade cultural, antropológica e até geográfica que reforça os estereótipos e os equívocos. Porém, a MGF é uma questão humana e mundial²⁹. É uma forma de violência baseada no género contra mulheres e raparigas, com uma dimensão universal. Como a MGF constitui uma violação dos direitos humanos, é um engano centrar o debate na alteridade cultural desta prática. Tal prejudica os esforços mundiais que visam a sua eliminação, afasta as comunidades e antagoniza as sociedades, ao mesmo tempo que desvia a atenção da prevenção da prática e proteção e cuidados que devem ser prestados às mulheres e raparigas.

Da mesma forma, uma imagem não deve criar ou reforçar estereótipos negativos. Muitas vezes, tais conceções transmitem a ideia de comunidades homogéneas, pobres, rurais e tradicionalistas que perpetuam práticas ancestrais,

isto é, retratam uma única realidade³⁰ sobre as comunidades afetadas pela MGF. Deve ficar claro que a MGF não tem fronteiras económicas, educativas, sociais ou geográficas. Por exemplo, não se pode afirmar que as sociedades egípcia e somali são homogéneas, mas a MGF é quase universal nestes dois países.

Além disso, pormenores ou imagens gráficas podem provocar ainda mais traumas e enfraquecer, angustiar ou até mesmo ostracizar as sobreviventes. Consequentemente, imagens ligeiramente sensacionalistas de uma mulher velha com as mãos sujas e/ou instrumentos cheios de sangue e enferrujados transmitem um “retrato único” e podem levar à traumatização e vitimização secundária das sobreviventes. Estas imagens também colocam a tónica sobre o agressor ou as condições sanitárias, mesmo quando o mais importante são as sobreviventes ou a prática em geral. Afastam igualmente as comunidades ao criar uma ideia de “alteridade” cultural. Contudo, imagens poderosas e positivas, como as apresentadas ao longo deste documento³¹, podem ajudar a criar uma ideia de união contra uma violação dos direitos humanos, em prol das crianças e mulheres.

29 Resolução do Parlamento Europeu, de 14 de junho de 2012, sobre a eliminação da mutilação genital feminina <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+TA+P7-TA-2012-0261+0+DOC+XML+V0//PT>

30 ADICHIE, C., *The danger of a single story*, Ted Talk, July 2009, Oxford (England), <https://www.youtube.com/watch?v=D9lhs241zeg>

31 Estas imagens fazem parte de uma exposição fotográfica “*Building Bridges to end FGM*” realizada em 2015 pela End FGM European Network graças ao apoio de 11 fotógrafos. Visam apresentar e abordar a mutilação genital feminina de uma forma poderosa e criativa. A exposição viajará pela Europa em 2017.

Resumo

Terminologia relativa à MGF

- 33 Muitos termos são usados a nível mundial para falar ou escrever sobre a mutilação genital feminina.
- 33 Termos específicos aplicam-se a diferentes formas de MGF.
- 33 O termo MGF é uma manifestação do consenso internacional contra esta prática.
- 33 O termo MGF é simultaneamente um instrumento de sensibilização e ativismo, bem como uma ferramenta de empoderamento e autorrepresentação.
- 33 O termo MGF afirma que a prática é uma forma de abuso de crianças, violência contra mulheres e raparigas, uma violação dos direitos humanos e uma manifestação de desigualdade de género.
- 33 A terminologia usada deve ser escolhida de acordo com o contexto, quando se trabalha diretamente com e nas comunidades afetadas, de forma a evitar a alienação dos membros das mesmas.
- 33 Deve perguntar-se às sobreviventes ou comunidades afetadas qual o termo que usam ou preferem.

Terminologia de consciencialização

- 33 Generalizar o uso do termo *sobrevivente* em vez de *vítima*, quando aplicável, como elemento linguístico de consciencialização.
- 33 Deve perguntar-se à mulher ou rapariga qual é o termo que usa ou prefere.
- 33 O termo *comunidades afetadas pela MGF* transmite uma imagem mais abrangente e matizada do impacto da MGF nas comunidades, do que *comunidades praticantes de MGF*, que é uma expressão mais neutra e descritiva.

Coerência

- 33 Todas as formas de MGF têm efeitos negativos a nível físico, psicológico e emocional e têm de ser banidas.
- 33 A MGF não tem benefícios para a saúde.
- 33 Um procedimento de MGF medicalizado é, no mínimo, tão nocivo quanto um procedimento tradicional.
- 33 Os compromissos sugeridos em relação à MGF menosprezam o efeito adverso de determinados tipos de MGF nas mulheres e raparigas.
- 33 Deve proibir-se o uso de eufemismos quando se faz referência a determinados tipos de MGF.

Sensibilidade e não estigmatização

- 33 Apresentar e usar informações corretas sobre um tema tão complexo como a MGF.
- 33 Evitar tratar as sobreviventes como vítimas passivas.
- 33 Evitar minimizar ou banalizar o sofrimento de uma sobrevivente e as consequências da MGF para a sua saúde e bem-estar.
- 33 Evitar pormenores gráficos, na medida do possível.
- 33 Os comentários pejorativos, incorretos ou impulsivos podem afastar as comunidades afetadas, prejudicando os esforços que visam apoiar e consciencializar os membros para se manifestarem contra a MGF.
- 33 Imagens estereotipadas e gráficas que ilustram vagamente um artigo ou uma reportagem sugerem uma alteridade cultural e podem ostracizar as sobreviventes e as comunidades.
- 33 As imagens gráficas podem despoletar a traumatização e vitimização secundárias das sobreviventes da MGF e alienar as comunidades.
- 33 Promover o uso de imagens positivas, unificadoras e de empoderamento.
- 33 Salientar que a MGF é uma violação dos direitos humanos e uma forma de violência baseada no género.